

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA <i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS) <i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i> <i>Ronaldo Bordin</i> <i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES <i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA <i>Cassiane Chais</i> <i>Jaime João Bettega</i> <i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i> <i>Oberdan Teles da Silva</i> <i>Paula Patrícia Ganzer</i> <i>Pelayo Munhoz Olea</i> <i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS <i>Neimy Batista da Silva</i> <i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i> <i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS <i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES <i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaelle Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15	165
SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Ângela Kaline da Silva Santos</i>	
<i>Lucicleide Cândido dos Santos</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170115	
CAPÍTULO 16	173
PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Bismarck Oliveira da Silva</i>	
<i>Maria Tereza de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170116	
CAPÍTULO 17	185
ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS	
<i>Gisele Caroline Ribeiro Anselmo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170117	
CAPÍTULO 18	200
TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
<i>Mirna Carriel Cleto</i>	
<i>Marcos Claudio Signorelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170118	
CAPÍTULO 19	214
REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	
<i>Nayanna Sabiá de Moura</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170119	
CAPÍTULO 20	229
REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
<i>Udo Strassburg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170120	
CAPÍTULO 21	243
CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Mayra Hellen Vieira de Andrade</i>	
<i>Ingrid Stephany Freire da Silva</i>	
<i>Angely Dias da Cunha</i>	
<i>Nirleide Dantas Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170121	

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
– Docente e coordenadora do curso de Serviço Social.

Divinópolis – Minas Gerais

Lilian Fernanda Silva

Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ – Discente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente.

Divinópolis – Minas Gerais

Damareis Gonçalves Martins

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
– Discente do Curso de Serviço Social.

Divinópolis – Minas Gerais

Daniele Lopes Ferreira

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG
– Discente do Curso de Pedagogia.

Divinópolis – Minas Gerais

RESUMO: O presente trabalho tem como tema o Movimento de Reconceituação e a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Diante disso, objetiva-se analisar a incidência de práticas terapêuticas entre um grupo específico de assistentes sociais, uma vez que a identificação de tais práticas demonstra um retrocesso e um retorno ao conservadorismo acrítico dos primórdios da profissão. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para a compreensão dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos e do processo de

formação profissional, bem como uma pesquisa documental entre as legislações e resoluções, e uma pesquisa empírica entre os alunos estagiários da UEMG em Divinópolis-MG.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, movimento de reconceituação, práticas terapêuticas.

ABSTRACT: This particular work is about the Movement of Reconceituation and the intention of rupture with the traditional Social Service. From this, the objective is to analyze the incidence of therapeutic practices among a specific group of social workers, since the identification of such practices shows a regression and a return to the uncritical conservatism of the early days of the profession. A bibliographical research was carried out to understand the historical, theoretical and methodological aspects and the process of professional training, as well as a documentary research among the legislations and resolutions, and an empirical research among UEMG trainees in Divinópolis-MG.

KEYWORDS: Social Service; movement of reconceituation, therapeutic practices.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal fazer um resgate histórico, teórico e metodológico do Movimento de Reconceituação

do Serviço Social na América Latina, e mais especificamente no Brasil, e, a partir da identificação da intenção de ruptura com o conservadorismo como resultado hegemônico deste processo, analisar o retorno ao conservadorismo com a incidência de práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social.

Busca-se identificar a presença de possíveis práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social entre os assistentes sociais supervisores de estágio, e sua influência na formação profissional dos alunos estagiários de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG - em Divinópolis – MG, a partir da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - nº 569 de 25 de março de 2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

O debate sobre a existência de práticas terapêuticas no exercício profissional do Serviço Social não é recente e nem desconhecido da categoria profissional. Desde 1996 são realizadas análises e reflexões, tanto no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, quanto em seminários de organização da categoria que vêm abordando a temática, além da análise realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI do CFESS com o propósito de conhecer o objeto, objetivo, instrumentos e procedimentos prático-operativos utilizados nas práticas terapêuticas e os fundamentos teóricos presentes no trabalho profissional. O processo de discussão tem sido longo e intenso, e a publicação da Resolução do CFESS nº 569/2010 é um dos resultados das reflexões e discussões realizadas e acumuladas pela categoria no âmbito do exercício e da formação profissional.

Neste sentido, a presente proposta de estudo parte da necessidade de compor este debate compreendendo as discussões acerca das atribuições, competências e práticas profissionais do Serviço Social no pós Movimento de Reconceituação, e à luz do Projeto Ético Político Profissional.

Para atingir os objetivos da pesquisa empírica, foi feito um embasamento teórico partindo da apresentação e da análise da trajetória histórica do Serviço Social.

Inicialmente foi feita uma abordagem cuidadosa do período da história do Serviço Social de um processo que se iniciou no Chile, e depois em outros países do continente, chamado Movimento de Reconceituação. Tal processo foi amplamente abordado pelos autores do Serviço Social, tamanha sua importância para a profissão, no entanto, foram escolhidos os estudos de Netto (2007) como a referência central deste artigo, uma vez que sua obra é considerada como um estudo pautado em uma sólida fundamentação histórico crítica.

Posteriormente realizou-se uma breve abordagem a respeito do processo de formação profissional e da importância do estágio supervisionado neste processo, bem como da relação da teoria com a prática. A partir da compreensão da trajetória histórica, da prática profissional do Serviço Social, do processo de formação profissional que relaciona teoria e prática no estágio supervisionado, discutiu-se especificamente o tema e o problema do estudo em questão: a possível presença de práticas terapêuticas

no âmbito do Serviço Social. O ponto de partida é a Resolução do CFESS nº 569 de 25 de março de 2010, e os documentos e pareceres jurídicos do CFESS que discutem especificamente o assunto.

Por fim, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da pesquisa empírica, que foi desenvolvida no segundo semestre de 2017. A pesquisa se desenvolveu adotando o método de análise qualitativa/quantitativa, através da aplicação de questionários semi-estruturados aos alunos do 6º período de Serviço Social da UEMG na cidade de Divinópolis – MG.

Os resultados e conclusões descritos no final deste trabalho surgiram a partir da pesquisa empírica, mas estão intimamente relacionados e embasados pela discussão teórica elaborada.

2 | DESENVOLVIMENTO

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social ocorreu a partir de 1965, configura-se como um movimento em nível de América Latina, e está intimamente relacionado ao processo histórico, social e político vivenciado pelo continente na década de 1960, marcado principalmente pelas experiências antidemocráticas e ditatoriais, e pelos movimentos sociais contestatórios e revoluções que contextualizavam este período.

Esta união continental em torno de uma mesma proposta de renovação profissional se explica pelo fato de que, internacionalmente, as mesmas questões políticas e sociais, paramentavam as alterações profissionais.

O primeiro passo do Movimento de Reconceituação na América Latina ocorre no I Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, realizado no mês de maio de 1965 na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, com a participação de 415 profissionais do Brasil, Argentina e Uruguai, depois ocorreram ainda seminários no Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, e novamente no Brasil, em 1972 (NETTO, 2007).

O Movimento de Reconceituação não foi um movimento homogêneo, ao contrário, constituiu-se de várias vertentes que surgiram e foram discutidas a partir da erosão do Serviço Social “tradicional”.

Como Serviço Social “tradicional” compreende-se, basicamente, as práticas funcionalistas exercidas até este momento na profissão. O funcionalismo tem a ideia de neutralidade ideológica e prática apolítica, sem questionamentos estruturais. Representa a valorização dos conhecimentos técnicos do profissional, e a concepção da sociedade funcional, onde cada indivíduo ocupa um lugar e contribui de forma particular para o desenvolvimento da sociedade, sendo que os possíveis conflitos e desajustes neste conjunto podem ser regulados e controlados.

No Brasil o processo de renovação profissional, denominado Movimento de Reconceituação, teve início em 1965 junto com as primeiras manifestações deste

processo no continente latino americano, e no mesmo momento em que a sociedade brasileira vivia uma nova conjuntura política, a implantação do modelo de governo da ditadura militar. Embora alguns autores, entre eles José Paulo Netto, afirmem que o Movimento de Reconceituação tenha durado 20 anos no Brasil, considera-se importante observar que a periodização exata dos fatos pode ser questionada, principalmente por que:

[...] há um constante movimento que se dá no interior do Serviço Social, profissão que está inserida nas relações sociais contraditórias da sociedade e que, portanto, não pode ser analisada como se fosse um bloco monolítico. Nuances, prismas, tendências, rupturas estão constantemente presentes na história do Serviço Social (WANDERLEY, 1998, p.42 – 43).

No Movimento de Reconceituação existiram diferentes posições entre os profissionais que discutiam mudanças no Serviço Social “tradicional”. Enquanto um grupo buscava uma atualização do Serviço Social sem questionar seus fundamentos históricos teóricos e metodológicos, o que Netto (2007) denomina *aggiornamento*, ou modernização; outros defendiam uma ruptura radical com os modelos anteriores, ignorando características conservadoras e tradicionalistas, e propondo novas correntes teóricas que embasassem a profissão. Esta realidade deu origem a vários posicionamentos distintos dentro deste processo de renovação (WANDERLEY, 1998).

O presente estudo pretende abordar o Movimento de Reconceituação do Serviço Social a partir da lógica adotada por José Paulo Netto em sua obra *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, em que ele analisa a partir de um processo dialético o movimento em três fases: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo, e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora foi a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, é considerada uma “expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa” (NETTO, 2007, p.156). Contextualizada no período de 1964 a 1970, esta perspectiva representa um esforço para adequar o Serviço Social às exigências impostas pelo regime político vigente no pós-64, aceita a ordem sociopolítica estabelecida sem questionamentos buscando inserir a profissão no contexto histórico social e político estabelecido, através principalmente da tentativa de dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às suas demandas atribuindo um perfil tecnocrático ao Serviço Social.

Cabe notar que se o desenvolvimento dessa perspectiva revela um feixe de profundas vinculações com a ordem sociopolítica oriunda do golpe de abril – muito visivelmente, com a abertura de espaços socioprofissionais nas instituições e organizações estatais e paraestatais, submetidas à racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado ditatorial – sua emergência como que antecipa o padrão de profissional que o Estado “reformado” pela coalizão golpista exigiria nos anos seguintes (NETTO, 2007, p.155).

Netto (2007) denomina esta fase como *perspectiva modernizadora* uma vez que

o Serviço Social, caracterizado como uma profissão conservadora e funcionalista, sem um caráter crítico considerável, começa a se questionar e a discutir as questões profissionais. Assim, somente a percepção desta necessidade de dialogar a respeito de possíveis mudanças já representa uma perspectiva de modernização do Serviço Social.

No processo que estabelecia a direção dos novos rumos profissionais do Serviço Social na vertente da *perspectiva modernizadora*, as forças que se opunham ideologicamente no interior da profissão, marxistas e conservadores, após amplos debates e seminários, que resultaram na criação dos documentos de Araxá e Teresópolis, acabaram por convergir na direção da necessidade de significativas mudanças e ampliações, tanto teóricas quanto práticas, no Serviço Social.

Com a crise da autocracia burguesa a partir da segunda metade da década de 1970, a *perspectiva modernizadora* passa a ter sua hegemonia questionada. Os segmentos profissionais críticos comprometidos com a resistência democrática e a influência destes na formação acadêmica tornam incompatível a *perspectiva modernizadora* devido ao seu traço conservador e sua aliança com a ditadura. Essa realidade leva a *perspectiva modernizadora* ao declínio e constitui duas outras direções para o processo de renovação do Serviço Social.

Considera-se importante salientar que este declínio não exclui a *perspectiva modernizadora* do cenário profissional, ela continua coexistindo com as novas direções em um mesmo período, até o momento em que seus atores assumem papéis nestas novas direções.

A reatualização do conservadorismo foi uma das novas direções do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e se desenvolveu principalmente nas faculdades do Rio de Janeiro e São Paulo, assumindo uma direção para a fenomenologia, ganhou destaque a partir de 1970 e durou aproximadamente 10 anos.

Netto (2007) denomina esta fase como reatualização do conservadorismo por acreditar que, de certa forma, este período foi um retrocesso no processo de renovação, no sentido de que a modernização sinalizada pela perspectiva modernizadora não avançou de forma significativa. Para ele, a proposta da fenomenologia como a nova corrente teórico metodológica do Serviço Social apresentada na *reatualização do conservadorismo* era apenas o positivismo com uma nova roupagem, mas com a mesma tendência.

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2007, p.157).

Uma questão crucial que explica o fato de a fenomenologia ter ganhado destaque neste momento foi a rígida repressão da ditadura nestes anos, que alcançou seu

nível mais elevado, a direção para a fenomenologia justifica-se ainda pelo descrédito da vertente positivista, e pelo vulgarismo com o qual a vertente crítico dialética foi apropriada pelo Serviço Social, “não é por um mero acaso que a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica” (NETTO, 2007, p.157).

Foram realizados os Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista pela categoria profissional para discussão desta nova proposta de reconceituação, no entanto não tiveram a mesma repercussão e nem os resultados obtidos em Araxá e Teresópolis anos antes.

Ao discutir as fases do Movimento de Reconceituação, julga-se necessário, ainda que de forma breve, abordar a fenomenologia e o marxismo baseando-se apenas nos substratos destas filosofias, através dos quais o Serviço Social buscou se orientar em um dado período, durante o Movimento de Reconceituação, e analisá-las enquanto propostas teóricas para a prática profissional.

A fenomenologia surgiu com Edmund Husserl (1859 – 1938), filósofo, professor e autor de “A idéia da fenomenologia” – 1906, Husserl apresentava uma proposta de questionamento do paradigma positivista a partir da produção de conceitos abstratos despregados da realidade, da perspectiva naturalizante frente às ciências do homem, transformando processos sociais e psicológicos em elementos naturais, e da descrição de fatos sucessivos sem o questionamento da essência desses fatos.

Jean Paul Sartre (1905 – 1980) funda uma nova proposta de fenomenologia definida por fenomenologia existencial dialética, é a proposta fenomenológica que se aproxima do materialismo histórico dialético de Karl Marx.

Recorrendo a estas conceituações e aplicações da fenomenologia, entre outras, de forma geral, enquanto proposta teórico metodológica do Serviço Social, a fenomenologia se configura a partir da ideia do homem não como um ser social, mas como um ser psicológico, individual. Considera, portanto, para sua análise e intervenção, o indivíduo, sua subjetividade, e seu universo imediato apenas, sem questionamentos de ordem social, política ou econômica.

O marxismo, compreendido como um conjunto complexo de ideias filosóficas, será abordado no presente estudo apenas em suas bases primordiais de maneira a permitir a compreensão da utilização de seu viés crítico por parte do Serviço Social. Cabe ressaltar que, mesmo os mais importantes formuladores desta corrente de pensamento no interior da profissão, denunciam o que chamam de marxismo vulgar, ou enviesado. Assim, não cabe a este estudo superar questões teóricas tão arraigadas no âmbito profissional, e neste sentido a reflexão que se segue pretende limitar-se a apontar alguns elementos considerados importantes para a compreensão do marxismo no Serviço Social.

Karl Marx (1818 – 1883), principal teórico da sociedade capitalista dedicou grande parte de sua vida a elaboração da teoria social sobre as relações estabelecidas no sistema capitalista entre as diferentes classes que compõe a sociedade. Algumas

categorias conceituais trabalhadas por Marx são a mais valia, a alienação, e a ideologia.

O marxismo, enquanto proposta teórico metodológica do Serviço Social, se relaciona com a profissão uma vez que os objetivos e ideais da teoria de Marx foram historicamente se convergindo com os da prática profissional. A ética libertária, autonomia, consciência, igualdade, justiça e democracia são algumas bandeiras defendidas pelo Serviço Social a partir da incorporação dos ideais marxistas à profissão durante seu processo de renovação.

Foi a corrente defendida pelos profissionais que não buscavam uma modernização da profissão, mas que apostavam numa ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social tradicional conservador.

A identificação do Serviço Social com as teorias marxistas promoveu mudanças no sentido de uma formação acadêmica com viés mais crítico, do reconhecimento da necessidade de considerar as determinações sócio-políticas e ideológicas nas relações sociais e na prática profissional, e da percepção do antagonismo entre as classes e o comprometimento com a defesa dos interesses da classe proletária.

Última fase do Movimento de Reconceituação, a perspectiva de intenção de ruptura emergiu na primeira metade da década de 1970 no âmbito acadêmico, mais especificamente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde permaneceu marginalizada até 1979. Somente em meados da década de 1980 foi que esta perspectiva ganhou destaque no debate profissional.

Netto denomina esta fase de *intenção de ruptura* por considerar que a ruptura concreta com os valores tradicionais vem se renovando e desenvolvendo cotidianamente na prática profissional. O que aconteceu a partir de 1970 foi uma intenção de romper com o tradicionalismo, principalmente entre os intelectuais e no meio acadêmico.

Tal vertente vai da marginalidade ao protagonismo devido a suas dimensões conflitantes com a autocracia burguesa no plano teórico, cultural, profissional, e político, de acordo com o contexto da força e crise desta autocracia. Esta terceira perspectiva do processo de renovação profissional negava e criticava tanto a perspectiva modernizadora, quanto a reatualização do conservadorismo, apresentando-se incompatível a concepções teóricas, metodológicas e práticas propostas por estas duas perspectivas anteriores.

[...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. Seu insulamento deveu-se basicamente às constrictões políticas postas pelo ciclo autocrático; a ultrapassagem destas constrictões permitiu-lhe desbordar os limites a que se viu confinada. [...] o seu futuro está muito hipotecado ao alargamento e ao aprofundamento da democracia na sociedade e no Estado brasileiros [...] a perspectiva de intenção de ruptura depende, mais que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdades democráticas para avançar no seu processamento (NETTO, 2007, p.248 – 249).

A intenção de ruptura apresentava o marxismo como proposta teórico metodológica para o Serviço Social, e estava fortemente vinculada ao âmbito acadêmico, o que rendeu-lhe inúmeras críticas no sentido de percebê-la como “produto de professores” ou “frutos de atividades estranhas às práticas de campo do Serviço Social” (NETTO, 2007, p.249).

A principal crítica ao marxismo enquanto corrente teórico metodológica do Serviço Social é a sua inviabilidade prática, no entanto, essa crítica foi rebatida pela experiência do Método BH.

Para concretizar e viabilizar o projeto profissional de busca pela ruptura com o tradicionalismo, decorrente do processo de renovação do Serviço Social, os profissionais estabeleceram estratégias como a formação de alianças entre os assistentes sociais, os demais profissionais e os indivíduos atendidos objetivando a constituição de sujeitos coletivos; a educação popular onde o assistente social coloca sua prática a serviço das demandas da população, tornando-a parte importante e decisiva no processo de construção do saber e prestação de serviço; a redefinição da prática profissional para além do caráter assistencialista; e a definição dos limites da ação profissional nas instituições fazendo-se voltar a prática profissional para a realidade e os interesses da classe dominada que constituem majoritariamente os usuários do Serviço Social (WANDERLEY, 1998).

A partir da compreensão da trajetória histórica do Serviço Social e as lutas de parte da categoria dos assistentes sociais brasileiros, percebe-se a aproximação com a teoria marxista, a ruptura com o Serviço Social conservador, principalmente através do Movimento de Reconceituação, e o desenvolvimento de um projeto hegemônico para profissão pautado no marxismo.

Feito isso, considera-se importante pontuar questões como o processo de formação profissional do assistente social destacando a relação teoria prática através do estágio supervisionado em Serviço Social como exigência da graduação, para o embasamento da pesquisa empírica, uma vez que ela foi realizada com os alunos em processo de estágio supervisionado da UEMG em Divinópolis.

Considera-se necessário também, abordar a publicação da Resolução do CFESS nº 569/2010, que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, que em seus artigos iniciais considera:

Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social. Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: a) Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas. b) Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique. Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução (CFESS, 2010, p.2).

É importante ressaltar que o CFESS determina a vedação de tais práticas, não em termos gerais, uma vez que qualquer cidadão pode exercer atividades terapêuticas, desde que tenha formação para tal, porém, é vedada a realização destas práticas relacionadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Além disso, o CFESS reconhece o pluralismo, e não nega a autonomia e a liberdade de pensamento e da produção de conhecimento, porém, o pluralismo não pode significar que os profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais ignorando os fundamentos teóricos, éticos e políticos e as normas coletivamente construídas que regem a profissão (CFESS, 2010, p.5).

Na trajetória histórica da profissão percebe-se a presença de tendências conservadoras durante um período específico do Serviço Social desde o seu surgimento até o presente momento, e tais tendências se configuram como parte indissociável da construção de uma identidade profissional, é fato que estas práticas estiveram presentes nesta trajetória, porém:

[...] não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integram nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais (CFESS, 2010, p.5)

Tendo em vista a importância do estágio supervisionado no processo de formação profissional dos futuros assistentes sociais, o presente estudo objetivou perceber se há entre os assistentes sociais supervisores de estágio dos alunos da UEMG Divinópolis a presença de tais práticas e se a prática do supervisor exerce influência na formação profissional dos alunos.

Para realização da pesquisa empírica adotou-se o método de análise qualitativo, através da aplicação de questionários semi estruturados entre os alunos do 6º período de Serviço Social da UEMG de Divinópolis no segundo semestre de 2017, em um universo de 20 alunos inseridos em campos de estágio, 12 questionários foram respondidos e entregues.

Ao serem questionados sobre a corrente teórica que orienta a prática profissional do supervisor, 8 alunos disseram ser o marxismo, 2 alunos citaram o marxismo e a fenomenologia de forma alternada, 1 aluno citou a sistêmica, e 1 aluno citou o marxismo e o positivismo.

Para a efetiva identificação das práticas terapêuticas foi elaborada uma questão que solicitava aos alunos que marcassem os instrumentos e/ou procedimentos identificados no fazer profissional do supervisor. Tais instrumentos e/ou procedimentos foram listados a partir do documento do CFESS “Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo”, de junho de 2008, e dentre as opções apenas os instrumentos/procedimentos: encaminhamentos,

entrevista social, escuta, inserção do usuário em programas e projetos sociais, e elaboração de projetos de intervenção caracterizam-se como sendo próprios do exercício profissional do assistente social, sendo todas as demais opções indicadoras de práticas terapêuticas. Dos 12 alunos entrevistados, todos marcaram pelo menos um instrumento e/ou procedimento indicador de práticas terapêuticas. No entanto, nenhum dos alunos disse identificar a presença do chamado Serviço Social Clínico na prática do supervisor.

Todos os alunos disseram considerar o estágio supervisionado como importante e indispensável no processo de formação profissional, e reconheceram a influência do supervisor de campo, além disso 66,6% dos alunos entrevistados consideram o supervisor de campo como um modelo de profissional a ser seguido.

3 | CONCLUSÃO

A história mostra o Serviço Social como uma profissão que surgiu com uma prática conservadora e assistencialista, e que foi questionada e discutida em diferentes e valiosos momentos da sua trajetória. O enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional fez com que embasamentos e correntes teóricas distintas prevalecessem em cada contexto específico, até o Serviço Social transformar-se hoje em uma profissão que se posiciona pelo reconhecimento da liberdade, promoção da autonomia e da emancipação dos indivíduos, reconhecimento dos direitos humanos e repúdio a qualquer tipo de preconceito e discriminação, tendo o marxismo como a corrente teórica profissional hegemônica, vinculando seu projeto profissional a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero. Uma profissão repleta de conteúdo político, que define a questão social como seu objeto de trabalho, e analisa e considera a sociedade em seu universo macro.

Desta forma, não só a Resolução do CFESS nº 569/2010 e os demais documentos e pareceres jurídicos do Conselho sobre este tema, mas também toda trajetória histórica de construção da identidade profissional do Serviço Social reafirmam que as práticas terapêuticas não se configuram atribuições ou competências do assistente social. Tais práticas terapêuticas individualizam a atuação do assistente social focando sua intervenção às questões de ordem micro, naturalizando e encobrendo os problemas sociais, e destituindo o Serviço Social de todo seu conteúdo político construído na trajetória sócio histórica da profissão.

Através dos dados da pesquisa empírica percebe-se claramente a presença de tais práticas no fazer profissional dos assistentes sociais supervisores de campo. Em alguns momentos tais práticas são assumidas e exercidas de forma consciente, em outros elas são veladas e passam quase despercebidas.

A totalidade dos alunos estagiários considera importante o estágio supervisionado

e as experiências vivenciadas no espaço e no momento do estágio para a formação da sua identidade profissional que irá orientar e nortear sua prática. Se as práticas terapêuticas estão presentes na prática profissional dos supervisores de estágio, não resta dúvida de que, de forma positiva ou negativa, elas estão também presentes no processo de formação dos alunos estagiários que em breve se tornarão também profissionais do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. São Paulo: 5ª ed. Cortez, 1995.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.p.51.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe da profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1993.

BURIOLOLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia: tendências históricas e atuais**. In: Cadernos ABESS nº 4. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parecer jurídico nº 16/08 de 26 de junho de 2008. Práticas terapêuticas utilizadas no âmbito da atividade do Serviço Social/Serviço Social Clínico/Componentes Jurídicos**. São Paulo: 2008.

_____. **Parecer jurídico nº 11/09 de 23 de abril de 2009. Representação oferecida, perante o CFESS, por assistentes sociais, pleiteando a sustação definitiva do ato ou medida administrativa, que seja contrária às práticas terapêuticas**. São Paulo, 2009.

_____. **Resolução CFESS nº 569 de 25 de março de 2010. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social**. Brasília, 2010.

_____. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**, Brasília, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

